



# RELATO INSTITUCIONAL



# fef

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL  
DE FERNANDÓPOLIS



# RELATO INSTITUCIONAL

O relatório a seguir atende a nota técnica CGACGIS/INEP/DAES/CONAES nº 14 de 2014 e nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 062 de 2014.

## 1. BREVE HISTÓRICO

A criação da primeira faculdade no município era uma necessidade e a sociedade já se mobilizava para a incentivar a instalação de cursos superiores no município, conforme destaque do jornal Folha de Fernandópolis (1974) que enfatizava sobre a relevância do município em outros aspectos e a ausência de ensino superior, fato que causava desconforto nos pais por terem que enviar seus filhos para outras cidades, em viagens de ônibus por rodovias repletas de riscos e cada vez mais perigosas.

Fernandópolis, cidade do atual Noroeste Paulista, em 1974, já contava com mais de 43 mil habitantes. Mesmo de ocupação recente, resultado da união das vilas Brasilândia (fundada em 1938) e Pereira (fundada em 1939). A cidade onde está localizada a FEF em meados da década setenta já era uma das mais relevantes economicamente da região. Entretanto, até aquele momento seus moradores não contavam com uma instituição de ensino superior local. Como o retratado na imprensa local, os habitantes que desejassem cursar ensino superior tinham que se deslocar para as cidades vizinhas.

Apesar de ainda não ter instituições de ensino superior, Fernandópolis tinha universitários. Em julho de 1968 foi realizada a Primeira Semana Universitária de Fernandópolis. Durante o mês das férias escolares, os universitários fernandopolenses organizaram um evento com apresentações teatrais, conferências sobre temas variados e realizavam jogos esportivos que reuniam estudantes de graduação de dezenas de instituições de todo o Estado de São Paulo.

Antes de existir a FEF (mantenedora) e as FIFE (mantida), nas cidades próximas a Fernandópolis foram criadas instituições de ensino superior, o que fez com que diferentes moradores de Fernandópolis tivessem que se deslocarem todos os dias para conquistar um diploma de graduação. A realização das semanas universitárias também tinha um peso: existia uma demanda pelo ensino superior que não era atendida no município.

Frente às pressões e buscando atender a expectativa

da comunidade, durante o governo municipal de Antenor Ferrari, o legislativo local em acordo com o executivo sancionaram em 25 de dezembro de 1976 a Lei Municipal nº 462, instituindo a Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF) como pessoa jurídica de direito privado.

Em 14 de julho de 1978 foi sancionada a Lei Nº 555 tratando do primeiro estatuto da FEF.

Por meio do estatuto de 1978 ficou estabelecido que a FEF fosse administrada por três órgãos: Conselho Curador; Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Curador passou a ser composto por representantes com mandato de dois anos: 2 representantes do Prefeito Municipal; dois representantes da Câmara Municipal; o diretor de cada um dos estabelecimentos de ensino mantidos pela Fundação; um representante do corpo docente de cada um dos estabelecimentos de ensino mantidos indicados pelos Centro Cívico ou pelo Diretoria Acadêmico; um representante da Associação Comercial e Industrial de Fernandópolis (indicação facultativa); um representante de cada loja maçônica de Fernandópolis; um representante do Rotary Clube de Fernandópolis; um representante do Lions Clube de Fernandópolis (indicação facultativa).

A Diretoria Executiva das FEF seria formada por Presidente, Vice-Presidente, Secretária e dois Vogais, membros eleitos dentro do Conselho Curador para mandatos de dois anos.

O Conselho Fiscal, também com mandato de dois anos, seria composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pelo Conselho de Curadores.

Em seu art. 34 o Estatuto de 1978 estabelecia que sempre que possível poderiam ser criadas bolsas de estudos para estudantes ou futuros estudantes de colégios ou faculdades mantidas pela fundação. Fato que já indicava um compromisso social com a comunidade fernandopolense e regional.

Entre fins dos anos 1970 até a primeira metade dos anos de 1980 Fernandópolis continuou crescendo em

população e serviços. Entre 1974 e 1983 a população passou de 42 mil para 49 mil habitantes, o que aumentou ainda mais a demanda local por profissionais enfermeiros. O processo CEE Nº 189/81, submetido ao Conselho Estadual de Educação contém em seu enunciado que, desde o ano de 1980, já estava em andamento a busca por aprovação do funcionamento da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia. Na data de publicação parecer estadual já estava em construção o prédio que abriga o campus das Faculdades Integradas de Fernandópolis. Contudo, a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia só foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal Nº 89.184 de 16 de dezembro de 1983, iniciando, em 1984, a primeira turma de graduandos em Enfermagem.

Com a Lei Nº 1089 de 24 de março de 1986 foi doado pela Prefeitura Municipal de Fernandópolis o terreno em que do atual campus da IES, Avenida Teotônio Vilela, Nº 1685, Campus Universitário, local onde já estava em funcionamento a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia.

Após ser organizada enquanto fundação, com estatuto aprovado, a FEF contou com a união de interesses entre o poder público e os grupos influentes da cidade. Desse modo, a mantenedora se organizou no sentido de conduzir os próximos passos na ampliação dos cursos de graduação oferecidos na cidade. Existiam outras demandas.

Em como consta nos Pareceres CEE nº 437/88 e 1095/89, desde meados de 1988 já estava em curso o processo para autorização para a instalação da Faculdade de Ciências e Letras de Fernandópolis. Em 14 de dezembro de 1989 foi publicado o decreto nº 98.555, autorizando o funcionamento dos cursos de Letras, História e Geografia. O reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação veio por como parecer CEE nº 850/92.

O contexto econômico brasileiro de fins da década de 1980 e do início dos anos 1990 trouxe uma série de desafios para a mantenedora e para as mantidas. Mediante à inflação descontrolada e à instabilidade cambial, foram necessárias ações no sentido de ampliar os serviços das faculdades. Mesmo preenchendo, praticamente, a totalidade das vagas oferecidas para os cursos das faculdades, foi necessário ampliar a quantidade de cursos oferecidos e assim atender a um público regional e buscar mais solidez financeira para as faculdades mantidas.

Por meio Lei nº 1984 de 20 de dezembro de 1994 foi sancionado o novo estatuto da FEF, que permitiu que a mantenedora pudesse transformar as suas faculdades em “Estabelecimentos de Ensino Superior Integrados”. Apenas em 1996 é que, por meio de Ato Administrativo, a unificação das faculdades foi homologada pelo conselho curador por meio da Portaria FEF nº 76/96.

Entre os novos cursos da Faculdade de Ciências e Letras temos o de Ciências Econômicas, Pedagogia autorizado em 21 de novembro 1995, por meio de decreto assinado pela Presidência da República. Também foi autorizada, naquele ano, a oferta de vagas para o curso de Farmácia pela Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Fernandópolis. Todos os cursos iniciaram em 1996.

A ampliação do número de cursos significou aumento do número de estudantes e de professores. A demanda por formação continuada em Fernandópolis, tanto para formar docentes para os novos cursos como para atender aos estudantes graduados influenciou diretamente na criação do Centro de Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (CAP-FEF).

A demanda por novos cursos leva a Fundação a ampliar seu quadro: Tecnologia em Processamento de Dados, Engenharia de Alimentos e Fisioterapia. Dessa forma, investe-se mais ainda em infraestrutura física e tecnológica. Em abril de 1999, três processos foram montados e enviados ao CEE, solicitando a criação dos cursos de Ciências Biológicas – Modalidade Médica e Licenciatura, Psicologia - Formação de Psicólogos e Fonoaudiologia, todos autorizados.

O credenciamento das Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE, por transformação da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia e da Faculdade de Ciências e Letras, bem como a aprovação do seu Regimento Unificado, pela Portaria MEC nº. 3.753, de 12/12/2003, consolida a inserção da instituição de ensino superior no Sistema Federal de Ensino e põe fim a um período de instabilidade quando a Instituição não pertencia nem ao Sistema Estadual nem Federal de Ensino. E isso só foi resolvido mediante ação da Mantenedora junto à Justiça Federal.

A partir de 2001, atendendo às solicitações da Fundação Educacional de Fernandópolis – FEF, o MEC deliberou atos para a autorização de Funcionamento dos Cursos de: Sistema de Informação; Administração - Bacharelado, com a Habilitação

Marketing; Engenharia Ambiental; Ciências Contábeis; Terapia Ocupacional; Nutrição; Serviço Social; Pedagogia; Química – Licenciatura; Física - Licenciatura; Matemática - Licenciatura; Educação Física - Licenciatura; Filosofia - Licenciatura; CST em Estética e Cosmética e Comunicação Social - Habilitação Jornalismo.

Entre 2011 e 2013, a IES inicia algumas mudanças para facilitar o desenvolvimento do trabalho de todos os segmentos, para tanto, concentra toda a sua infraestrutura no Campus I. Solicita junto ao MEC autorização para a implantação do Centro Universitário, mas em seguida pede o arquivamento. Solicita ainda autorização para funcionamento do Curso de Engenharia Civil e Bacharelado em Educação Física, Arquitetura, Agrimensura e Engenharia de Produção.

A partir da implantação dos novos cursos, as Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE experimentam momentos de crescimento e evolução de desempenho muito positivos, que lhes conferem a condição de Instituição consolidada em Fernandópolis e na região e que a credenciam para pleitear um novo modelo de organização acadêmica, mais compatível com o atual estágio de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

As Faculdades Integradas dispõem de área física construída que ultrapassa os 20.000 m<sup>2</sup>, composta por edificações dotadas de todas as facilidades materiais para proporcionarem ensino de excelência.

A Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF), mantenedora das Faculdades Integradas de Fernandópolis, foi certificada pelo Ministério da Educação como Entidade Beneficente de Assistência Social por suas ações na área da filantropia.

A portaria 1.445, de 08 de dezembro de 2011, assinada pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, foi publicada no Diário Oficial da União em 09 de dezembro. A certificação tem validade por três anos e com validade a partir da publicação da portaria.

De acordo com a portaria, a FEF atendeu todos os requisitos exigidos pelo Decreto 2.536, de 06 de abril de 1998, que estabelece as normas para a certificação, incluindo ações de filantropia na concessão de auxílio para estudantes e de responsabilidade social e ambiental.

O trabalho de filantropia desenvolvido pela Fundação Educacional de Fernandópolis tem grande alcance regional proporcionado pelas Clínicas Integradas da FEF nas áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Nutrição, Psicologia, Estética e Cosmética, Laboratório de Análises Clínicas e Farmácia - Escola. São cerca de 40 mil atendimentos gratuitos/ano, o que coloca a FEF como referência regional nessa área.

A IES possui um Laboratório de Ensino e Brinquedoteca que realiza atendimentos às crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem e socialização.

Após um período de reorganização, as FIFE, direcionadas pela mantenedora, iniciaram uma nova fase de avanços com uma nova presidência e diretoria.

Desde 2019, a equipe gestora e administrativa, como a colaboração da equipe pedagógica, tem triplicado os esforços para transformar a IES em uma referência para a formação de profissionais do século XXI.

Entre os resultados está a abertura de dois novos cursos de graduação, o bacharelado em Direito, com programação de implantação do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ para início em 2023 e o curso de bacharelado em Publicidade e Propaganda.

Entre 2019 e 2022 a FEF foi referencial na realização de um atendimento adequado para os estudantes durante a pandemia. Devido ao surto de Covid-19, às aulas ocorreram em formato remoto síncrono, exigindo que tanto o planejamento de trabalho como a prestação dos serviços para a comunidade de estudantes e trabalhadores da IES fossem diferenciadas. Atendendo as determinações das autoridades sanitárias, a FEF retornou suas atividades presenciais seguindo todos os protocolos.

Em 2021 foi criado o NUPEX – Núcleo de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão. O trabalho realizado por esse núcleo tem oportunizado para os estudantes, professores e coordenações um arsenal de serviços que visam uma maior qualidade da formação discente e do trabalho docente. O NUPEX conta com profissionais docentes gabaritados que coordenam a realização e registro das atividades de pesquisa, extensão e pós-graduação em quatro núcleos: Ciências e Educação; Ciências Humanas e Sociais; Saúde e Qualidade de Vida; Tecnologia, Comunicação e Artes.

Por meio do NUPEX, as FIFES tem ofertado a comunidade de ex-alunos e demais profissionais diferentes cursos de especialização lato sensu: Audiologia; Dermoestética e Cosmetologia Avançada; Design de Interiores; Enfermagem do Trabalho; Enfermagem na Atenção Integral às Urgências; Engenharia da Segurança do Trabalho; Farmácia Clínica - Ênfase em Prescrição Farmacêutica; Farmácia Magistral; Georreferenciamento de Imóveis; História da Arte; MBA em Gestão Estratégica de Pessoas; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde; Psicopedagogia Institucional e Clínica; Sociabilidade, Trabalho e Políticas Públicas Saúde Coletiva.

No mesmo ano começa a discussão para implantação do Núcleo de Educação a Distância – NEAD, núcleo responsável pela gestão das disciplinas na modalidade a distância presente nos cursos de modalidade presencial, conforme Portaria nº 2.117 de 06/12/2019.

Atualmente, o NEAD está implantado e é responsável por implementar diretrizes que melhor atendam ao processo de ensino-aprendizagem efetivo, associado ao reforço das TIC, envolvendo os cursos de graduação, pós-graduação e extensão, dentre outras possibilidades. Dessa forma, entende-se que o ensino nessa modalidade agrega benefícios e pode superar as barreiras de tempo e de espaço, suprir as necessidades de formação, especialização e qualificação profissional; bem como construir um currículo mais flexível, dinâmico, significativo e contextualizado, promovendo a autonomia do aluno no desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para sua atuação no mercado de trabalho.

## 2. CONCEITOS OBTIDOS PELA IES NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSO

Nessa seção são apresentados os Conceitos de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito ENADE, Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) e o Conceito Institucional (CI). As FIFE têm Conceito 3 no IGC e 4 no CI. A Portaria de Recredenciamento da Instituição é Portaria 91 de 16/02/2016 – D.O.U. 31, Seção 1, p 15 de 17/02/2016. Todos os cursos de graduação estão regulares em relação aos processos avaliativos do MEC e possuem conceitos satisfatórios. A apropriação e a interpretação dos resultados das avaliações externas configuram-se

como um componente fundamental do processo de autoavaliação institucional. A dinâmica adotada para preparação dos cursos para os processos avaliativos torna-se um momento de autoavaliação, na medida em que há um acompanhamento periódico dos cursos, mesmo antes da abertura do processo no Sistema e-MEC. Esse processo é gerenciado pela Diretoria Acadêmica (DA), pela Procuradoria Educacional Institucional (PI) e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

CURSO	2016			2017			2018			2019			2020			2021			2022			2023			2024		
	CC	ENADE	CPC	CC	ENADE	CPC	CC	ENADE	CPC	CC	ENADE	CPC	CC	ENADE	CPC	CC	ENADE	CPC	CC	ENADE	CPC	CC	ENADE	CPC	CC	ENADE	CPC
Administração								4	4																		
Arg. e Urb.																			4	3	4						
Biomedicina		3	4				4				2	3															
C. Biológicas															4	4					4						
C. Contábeis								3	3											2	4						
Direito																5											4
Ed. Física-Lic.					2	3											2	3									
Ed. Física-Bac	1	2							4	1	3						3	3									
Enfermagem	3	4								3	4																
Eng. Ambiental					2	3				2	3																
Eng. Civil				3	2	3				3	3																
Eng. Produção																											5
Estética	3	4					4			3	3																
Farmácia	4	4								4	5																
Fisioterapia	3	3	3							3	3																
Fonoaudiologia	4	3							4	3	4																
História					3	4										2	3										4
Jornalismo									4																		
Letras					4	4										3	3			3	4						
Matemática					3	4										3	3										
Nutrição	3	3	4							2	3																
Pedagogia					2	3									2	2										5	
Psicologia								2	3										3	4							
Pub. e Prop.				4	2	3									5												
Química																3	3										
Serviço Social	3	3					1	2														5					
Sist. Inform.				3	4											2	3										

### 3. PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Para as FEF/FIFE, a avaliação institucional ocupa lugar central na estrutura da Instituição, a qual tem como objetivo adequar-se à sistemática criada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Portanto, coube à Comissão Própria de Avaliação (CPA) a efetivação das novas sistemáticas de avaliação. A CPA tem como responsabilidade plantar a semente da cultura da avaliação.

É nessa concepção que as FEF/FIFE propõem o seu projeto de autoavaliação, buscando não somente avaliar as atividades acadêmicas, mas, sobretudo, atender à tríplice exigência: o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica, a melhoria do planejamento e da gestão e a prestação de contas à sociedade.

A autoavaliação é tratada na forma de ciclos avaliativos anuais. Em cada ciclo, avaliam-se todas as dimensões que compõem o processo, iniciando-se em fevereiro do ano corrente e terminando após decorridos um ano de seu início. O intuito é preservar critérios avaliativos já definidos e consolidados, que são a avaliação de várias dimensões da Instituição sob o ponto de vista das pessoas e instituições com ela envolvidas ou que de alguma forma com ela se relacionam, abrangendo, assim, os colaboradores, discentes docentes e comunidade externa.

Os resultados das avaliações institucionais realizadas são sintetizados e apresentados considerando-

se as fragilidades e potencialidades destacadas pelos avaliadores em seus respectivos relatórios finais de avaliação. São realizadas reuniões com os coordenadores de cursos, direção acadêmica e demais colegiados para discussão dos resultados, bem como, elaboração de planos de ações para busca de soluções das fragilidades apontadas.

Ao final de cada ciclo avaliativo, são produzidos relatórios nos quais são identificadas potencialidades e fragilidades na visão dos grupos avaliadores.

Esses relatórios são apresentados e discutidos, primeiramente, com os membros da CPA e depois com os setores da IES envolvidos diretamente com a avaliação. Essa última etapa é o processo de “consolidação” da avaliação interna, onde os resultados das atividades realizadas ganham solidez. É nesta etapa que acontecem as articulações com os outros instrumentos avaliativos do SINAES, bem como o debate com a comunidade acadêmica e a sociedade em torno dos resultados obtidos, propondo ações sobre as fragilidades apontadas que visem à melhoria institucional, criando as condições para o processo de avaliação externa.

Assim, a avaliação institucional das FIFE busca auxiliar a IES em seu projeto institucional, evidenciando uma necessária e coletiva reflexão sobre quem é e onde pretende chegar.

### 4. DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Todo o processo de avaliação da IES acontece no segundo semestre de cada ano. Ressalta-se que, antes de o processo começar, a IES iniciará a divulgação para toda a comunidade acadêmica por meio eletrônico. Para a melhoria desse processo e incentivo à participação discente, foi criado um grupo de docentes intitulado “professores CPA”, formado por docentes que usualmente ministram aulas na maioria das turmas do curso que estão vinculados e são responsáveis em transmitir aos discentes todas as informações referentes ao processo avaliativo, bem como os resultados deste processo. Obviamente este não é o único meio de divulgação, cabendo ressaltar que a IES se utiliza de várias estratégias de sensibilização e divulgação, que são adotadas isoladamente ou em conjunto.

A escolha das estratégias, bem como suas combinações utilizadas em cada ciclo depende da disponibilidade de recursos e dos objetivos que se deseja alcançar. Em geral, as estratégias mais frequentes são:

- Reuniões da Comissão Própria de Avaliação com os diversos segmentos;
- Divulgação dos resultados do processo avaliativo anterior, apontando providências para as fragilidades encontradas. Tal divulgação se dá através de cartazes colocados em salas de aula, acompanhados de explanação sobre os resultados, além de disponibilização de tais informações no site da FEF/FIFE;
- Divulgação, através de selos impressos

colados em locais de atuação pontual da CPA, cartazes, materiais gráficos, reuniões com professores, coordenadores, e corpo técnico-administrativos e com gestores responsáveis por serviços que são oferecidos diretamente à comunidade institucional (serviços bancários, fotocópia e impressão, cantina) sobre o papel da CPA e sua importância para os vários setores da instituição e para a instituição em sua totalidade.

• Divulgação no período próximo à avaliação sobre a importância da participação consciente dos grupos avaliadores. Isso se dá através de apresentações em salas de aula, feita pelos “professores CPA” ou por membros da CPA, fixação de cartazes e de faixas pelo campus, utilização de mídias sociais, site institucional, etc.

A partir da tabulação dos dados, é feita a análise dos resultados obtidos através dos questionários baseando-se na distribuição normal em relação às médias das variáveis analisadas. A distribuição normal, também conhecida como distribuição gaussiana, é uma curva simétrica em torno do seu ponto médio e representa o comportamento de diversos processos e fenômenos comuns, sendo usada como base para a inferência

estatística clássica.

A inferência estatística nos permite estudar o comportamento de uma população a partir das evidências fornecidas por uma amostra que, no caso da avaliação institucional aplicada na IES, é feita por estratos (docentes, discentes, técnico-administrativo e sociedade civil) e formada por aqueles elementos da população que se dispõem a responder os questionários. Trata-se, portanto, da técnica de amostragem acidental dentro de cada estrato onde o pesquisador não exerce nenhuma influência na escolha dos entrevistados.

Ao final da coleta de dados é feito um estudo para verificar se a parte da população (amostra) respondente é representativa e determina-se, então, o erro amostral.

Para encontrar as fragilidades e potencialidades da instituição determinou-se que, em cada variável, um índice maior ou igual que 60% são considerados uma potencialidade enquanto o índice complementar, menor ou igual a 40%, é considerado fragilidade e que necessita de atenção e cuidado dos setores envolvidos.

## 5. PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

A autoavaliação sob a responsabilidade da CPA, têm papel fundamental no desenvolvimento, crescimento e melhorias nas instituições e, se usadas de forma efetiva, constituem-se em importantes insumos para o planejamento de ações concretas, principalmente para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Tanto as ações de avaliação interna (autoavaliação) como externa devem realizar-se de forma combinada e complementar.

A avaliação proposta pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), internamente, resulta da coleta de dados institucionais por meio de consulta à comunidade acadêmica (Docentes, Discentes e Técnico-Administrativo) e sociedade civil.

No processo de avaliação interna, todos os discentes, docentes e colaboradores são chamados a participar por meio da consulta direta, realizada eletronicamente através do Portal do Aluno, Portal do Professor e Portal do Colaborador, respectivamente. A participação é voluntária, mas sempre havendo incentivo, com ações de marketing, para que o maior número de alunos, professores e colaboradores possam participar.

Os formulários de avaliação, em suas respectivas dimensões, englobam questões dos grupos descritos abaixo onde se verifica os aspectos:

- Docentes: coordenação do curso; gestão de ensino, pesquisa e extensão; gestão institucional e acadêmica; ações de política de formação e capacitação de docentes; políticas de recursos humanos; estrutura e manutenção dos diversos espaços utilizados na IES e serviços prestados pelos segmentos que compõe a instituição.
- Discentes: professores do curso; investimentos realizados na ies; ações administradas previstas e implantadas na ies; estrutura e manutenção dos diversos espaços utilizados na IES e serviços prestados pelos segmentos que compõe a instituição.
- Técnico-Administrativo: gestão institucional e acadêmica; políticas de recursos humanos; programas de auxílio financeiro aos graduandos; investimentos realizados na IES; ações administradas previstas e implantadas na ies; estrutura e manutenção dos diversos espaços utilizados na ies e serviços prestados pelos segmentos que compõe a instituição.

- Sociedade Civil: conhecimento em relação aos serviços prestados pela IES; qualidade dos serviços prestados pela ies à sociedade; estrutura e manutenção dos diversos espaços utilizados na IES.

A escala de mensuração é baseada no modelo das Escalas de Likert na qual o respondente indica uma nota que representa a sua percepção acerca de uma determinada atitude, ação, comportamento, etc, distribuídas em seis proposições, a saber: 5: Excelente; 4: Muito Bom; 3: Bom; 2: Regular; 1: Ruim e F: Não sei opinar.

O processo de avaliação institucional acontece no segundo semestre de cada ano letivo e é uma construção coletiva da comunidade acadêmica e da sociedade civil, sendo possível promover uma dinâmica na participação dos diferentes sujeitos que compõem a instituição, conscientes de seus papéis e responsabilidades. Os resultados são socializados de forma transparente, a fim de conferir credibilidade ao processo, de modo a atingir padrões de desempenho e qualidade, considerados necessários para uma educação democrática, construtiva e emancipadora.

Os métodos e etapas utilizados no trabalho da Comissão Permanente de Avaliação durante o processo de avaliação são:

1º. Pesquisa aplicada à comunidade acadêmica e

sociedade civil;

2º.Tabulação dos dados;

3º. Análise dos resultados através das técnicas estatísticas;

4º. Consolidação dos dados e elaboração do relatório;

5º. Encaminhamento do relatório aos membros da Comissão e departamentos envolvidos no processo, de modo a promover reflexão que resultem na melhoria contínua;

6º.Elaboração dos Planos de Ação pelos departamentos.

O plano de ação e estratégias para a melhoria da aprendizagem enviada pelos cursos avaliados tem como finalidade a análise dos apontamentos realizados pelos estudantes das FIFE na avaliação interna da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e é elaborado pelo NDE, sob a presidência coordenadora do curso.

Com base em resultados dessas avaliações (internas e externas) conduzidos pela CPA e utilizando metodologias de planejamento, as faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE podem melhorar sua qualidade de ensino; portanto possuir uma prática de gestão que alinhe processos de avaliação e planejamento é uma forma de ação sincronizada, que evidencia o amadurecimento da IES no que tange ao aprimoramento de sua gestão.

## 6. PROCESSOS DE GESTÃO

O planejamento dos processos de gestão se estrutura, entre outras ferramentas nos processos de autoavaliação e de avaliações externas como ferramentas imprescindíveis direcionando a IES a pensar a articulação existente entre o sistema de autoavaliação e os instrumentos de gestão, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em síntese, a avaliação institucional, como ferramenta de gestão, possibilita avaliar a factibilidade das projeções do planejamento institucional com base nas ações praticadas anteriormente; executar mudanças imediatas de estratégias e ajustes de metas à medida que a avaliação indica a necessidade; planejar e executar as mudanças e fazer o seu acompanhamento para melhoria, visando atingir determinada situação futura desejada.

As autoavaliações têm papel fundamental no desenvolvimento e melhorias nas instituições e, dessa

forma, merecem destaque se usadas de forma efetiva como insumos para o planejamento da organização para uma gestão consistente que proporcione qualidade e sustentabilidade nas Instituições de Educação Superior (IES).

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, a instituição reconstrói a imagem que tem de si, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam, seguido da construção de um plano de ação, isto é, definir os aspectos que podem ser melhorados. O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização, reconhecimento de curso, renovação de reconhecimento de curso e credenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação ao discutirem a visão que a instituição tem de si e apresentam recomendações



para seu desenvolvimento.

Com base em resultados dessas avaliações (internas e externas) conduzidos pela CPA e utilizando metodologias de planejamento, as Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFEs podem melhorar sua qualidade; portanto possuir uma prática de gestão que alinhe processos de avaliação e planejamento é uma forma de ação sincronizada, que evidencia

o amadurecimento da instituição no que tange ao aprimoramento de sua gestão. A utilização de resultados da autoavaliação como ferramenta efetiva durante o planejamento significa que esta IES se preocupa com o seu desenvolvimento, como demonstrado na tabela abaixo (dados referentes à autoavaliação ano 2023, conforme relatório finalizado em março de 2024);

## RESULTADOS ALCANÇADOS

## ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS

### Fragilidades

### Potencialidades

Apesar da divulgação dos relatórios realizados pela CPA após as avaliações, parte dos discentes e do corpo técnico-administrativo afirma não ter conhecimento dos mesmos.

Tanto os docentes e corpo técnico-administrativo consideram que as avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) têm contribuído para a melhoria do planejamento das ações acadêmicoadministrativas das FIFE. Diferentemente dos discentes, a maior parte dos docentes afirma ter conhecimento dos relatórios anteriormente realizados pela CPA, após a aplicação da avaliação. Tanto a direção acadêmica quanto a mantenedora apresentam apoio à atuação da CPA das FEF/FIFE, que conta com recursos humanos e materiais necessários para o desenvolvimento de seu trabalho.

Devem ser estabelecidas pela CPA, medidas alternativas das já existentes, a fim de melhorar a eficácia da divulgação para os discentes e para o corpo técnico-administrativo, dos resultados obtidos através da avaliação, alcançando, portanto um maior índice de conhecimento da comunidade acadêmica.

Grande parte dos discentes desconhece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Discentes, docentes e corpo técnico-administrativo julgam de forma positiva a missão da IES, que está pautada na cidadania, o fazer científico tecnológico e a autonomia intelectual. A concretização da missão na prática se deve em grande parte, aos serviços prestados à comunidade, pela IES, contribuindo com o desenvolvimento local e regional. Os docentes avaliam positivamente a coerência existente entre as propostas do Plano de Desenvolvimento Institucional com as práticas de ensino adotadas.

Aplicar estratégias de melhoria na divulgação dos documentos institucionais e acadêmicos, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, principalmente aos discentes, como apresentações dos documentos no início do curso, por professores e coordenadores, como também disponibilizá-los no sistema acadêmico do aluno e do professor e no site da instituição.

Devido o não conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) os discentes não identificam a coerência entre as práticas de ensino e as propostas do Plano.

Em relação ao auxílio financeiro e /ou bolsa de estudo oportunizados nas FIFE para os graduandos, 40% dos discente não souberam opinar sobre os convênios com as prefeituras, FIES e PROUNI.

82,81 % dos docentes avaliaram positivamente os Programas Institucionais, os Projeto Pedagógico do Curso (PPC), Estatuto das FIFE e Manual do Aluno. Os Programas de Atendimento ao Discente (Programa de Auxílio Financeiro, Apoio Psicopedagógico, Programa de Acessibilidade) tiveram aprovação de

Promover avaliação e atualização contínua dos projetos pedagógicos dos cursos de modo a atualizá-los em face às diretrizes curriculares nacionais publicadas para o ensino superior e as necessidades do mercado de trabalho, sem deixar de enfatizar a importância dos elementos de cultura geral e o desenvolvimento de instrumentos metodológicos. • Apoiar e estimular

84% dos docentes e 65% dos discentes apontaram a atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos como uma potencialidade por 88,3% dos docentes. Apontados como pontencialidades pelos discentes a avaliação apresentou 75% para a matriz curricular do seu curso, 68% os planos de ensino, 74% a contribuição dos conteúdos ministrados nas disciplinas para a sua formação profissional e pessoal, 68% a contribuição do acervo da biblioteca (virtual e física) para o seu curso, 70% a contribuição dos estágios para a sua formação profissional e 72 % a contribuição do seu curso para a inserção no mercado de trabalho.

40% dos discentes pontam como uma possível fragilidade a divulgação dos Programas Institucionais (PDI, PPC, Estatuto das FIFE, Manual do Estudante), assim como 36,5 % na divulgação do Programa de Acompanhamento de Egresso.

89% dos docentes, 70% dos discentes e 71% do corpo técnico consideram os canais de comunicação das FIFE eficientes e relevantes. Tendo destaque para : A divulgação de eventos internos (palestras, jornadas acadêmicas, simpósios, congressos, cursos, debates, INTERFEF e outros; A divulgação de eventos externos (cursos, simpósios, palestras, debates, INTERFEF e outros). Em relação a comunicação através do Site das FIFE, aplicativos de mensagens, redes sociais (facebook e Instagram) o corpo docente avaliou como uma potencialidade (54,7%) e 75 % do corpo tecnico administrativo avaliou positivamente. A divulgação da Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) os docentes apontaram com uma potencialidade, visto que 89,1 % aprovaram o item avaliado, assim como 60 % dos discentes e 72% do corpo tecnico administrativo tiveram o mesma avaliação. A avaliação demonstrou que a divulgação de eventos externos (cursos, simpósios, palestras, debates e outros), e dos cursos de Pós-graduação como uma potencialidade para 79,7% dos docentes, 76% do corpo tecnico administrativo e 52,2% dos discentes.

Aperfeiçoar os modos de acesso às informações institucionais e desenvolver uma política de comunicação que proporcione a maior interação com a comunidade externa. Conscientizar e sensibilizar a comunidade interna para o uso das ferramentas de comunicação interna disponíveis na IES. Tais como, a ferramenta “SÉRIO” já inserida no FEFSIS (Sistema de Informação e Gestão Administrativa e Acadêmica).

Não foram apontados fragilidades nesse quesito.

De acordo com o corpo docente as ações previstas/implantadas de Política de Formação e Capacitação Docente é vista como potencialidade. Considerando a Participação em eventos científicos/técnicos/culturais (70%); Capacitação (formação

Incentivar e ampliar a capacitação dos docentes e técnico-administrativo. Ampliar a divulgação da Política Institucional para a qualificação dos docentes e corpo técnico - administrativo na IES, de forma que os mesmos possam usufruir dos benefícios. Oferecer cursos

continuada) (80%); Qualificação docente e a devida decapacitação específicos para cada setor. divulgação das ações com os docentes (78%). A Valorização enquanto profissional nas FIFE, : oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal nas FIFE e salário em relação à função exercida foram apontados com potencialidade. O corpo técnico administrativo (79,76%) e os docentes (66%) avaliam como potencialidade o conhecimento da política das FIFE de qualificação profissional (estímulo à participação em cursos, treinamentos, palestras, programas de qualificação, especializações ou similares). 7. Por meio de incentivos da IES, tal como disponibilização de bolsa de estudos, adequação de horário de trabalho, orientações sobre a importância da educação continuada e perspectivas de melhoria das condições de trabalho, os funcionários técnicoadministrativos estão frequentando regularmente os cursos de graduação e pós- graduação oferecidos pela IES.

Não foram apontadas fragilidades neste item.

A gestão da instituição pelos docentes foi considerada uma potencialidade. Incentivar o funcionamento e representatividade dos Conselhos Sendo: Autonomia e Superiores, Colegiados, sua representatividade dos órgãos de independência e autonomia na relação gestão e colegiados (86%); com a mantenedora e a participação Participação de professores, técnicos, dos segmentos da comunidade estudantes e sociedade civil organizada acadêmica nos processos decisórios, tal (86%); Critérios de indicação e como emanam o PDI e o Regimento recondução de seus membros (76%); Geral. Informar e conscientizar o Realização e registro de reuniões corpo discente sobre a criação do (85%). Os docentes e discentes Diretório Acadêmico previsto no PDI. apontaram como uma fragilidade os Implantar uma política estratégica de diferentes setores da IES (secretaria, Gestão da Comunicação e do portal do aluno, negociação, biblioteca, Marketing, buscando valorizar a setor financeiro e segurança, portal identidade da IES e incrementar a Ead nos aspectos de acesso, disseminação de informações que organização, informação, agilidade, sensibilizem a sociedade organizada e disponibilidade e disponibilização para os formadores de opinião para a atendimento. (96%) dos docentes importância da atuação da IES nos avaliaram como um potencialidade a campos do ensino, pesquisa e extensão imagem das FIFE na sociedade e no meio acadêmico e satisfação em fazer parte da instituição (90%) o funcionamento administrativo das FIFE, (86%) a clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração das FIFE . Os docentes e discentes apontaram como uma potencialidade os diferentes setores da IES (, coordenação dos cursos, direção acadêmica, ouvidoria, central de

estágio, equipe de apoio, marketing, limpeza e manutenção, ouvidoria, Recepção/Atendimento telefônico, recursos humanos, secretaria acadêmica) nos aspectos de acesso, organização, informação, agilidade, disponibilidade e disponibilização para atendimento. 71% dos discentes demonstraram nível de satisfação com o seu curso e em fazer parte das FIFE e 55% Seu conhecimento e clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor da Instituição.

Não foram apontadas fragilidades neste item.

Os discentes, os docentes e o corpo técnico administrativo da IES consideraram como uma potencialidade os diferentes ambientes das FIFE (Salas de aula, Laboratórios e cenários de práticas, Instalações administrativas, Sala de atendimento aos estudantes, e Central de Estágios) considerando os aspectos: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, quantidade, acessibilidade e conservação. De acordo com os discentes (60%), os docentes (72%) e o corpo técnico administrativo (95,8%) a infraestrutura física da biblioteca atende às necessidades do campus, considerando os aspectos: tamanho, limpeza. De acordo com os docentes as áreas de convivência e alimentação, o auditório, o depto de audio visual, FEF virtual, instalações sanitárias, salas de aula, serviços de fotocópias, são apontadas com potencialidade. Em relação aos laboratórios de informática, dos discentes apontaram a necessidade de melhorias na infraestrutura física e de mobiliários, bem como, na qualidade dos equipamentos (computadores e softwares). Em relação aos laboratórios de práticas, dos discentes apontaram a necessidade de melhorias. Sendo o maior destaque para as salas integradas: ar condicionado nas salas de atendimento; ventilação nas salas de atendimento; mobiliário; iluminação inadequada; quantidade de

Modernizar e adequar a infraestrutura física a partir de levantamento das demandas existentes, priorizando as exigidas pelas normas de acessibilidade. • Melhorar a política de manutenção e reparos da estrutura física e de equipamentos. • Viabilizar uma política de atualização e aquisição sistemática de equipamentos e material para investimento na infraestrutura necessária. • 3. Ampliação da rede Wifi na IES e disponibilização da internet para todos da IES (docentes, discentes e colaboradores).

laboratórios para práticas; pintura. Com relação à Biblioteca Virtual Pearson e Periódicos 42,97% dos docentes, 54% dos discentes avaliaram como uma potencialidade consideraram os quesitos quantidade de acesso, títulos relacionados às disciplinas do seu curso. As instalações da IES possuem rampas de acesso para pessoas com deficiência física, sinalização em braile, sinalização de percurso (piso tátil). Todos os ambientes são climatizados, têm equipamentos de segurança, quer nos laboratórios específicos, quer nas áreas em comum, com extintores de incêndio, chuveiros e outros.

Fonte: Relatório Integral de Autoavaliação Institucional 2023.

Cabe ressaltar que várias fragilidades apontadas no Relatório Integral Anual do ano de 2023 já foram solucionadas pela gestão da IES.



**f e f**

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL  
DE FERNANDÓPOLIS**



